

A retórica no G-20

Roberto Fendt



Reunião de chefes de Estado envolve desde espionagem a governos, ataque à Síria até situação financeira dos emergentes. - Yuri Kochetkov/EFE

O G-20 é o grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia. As reuniões de cúpula contam com a presença dos próprios chefes de Estado, como ocorreu anteriormente em Los Cabos, no México, e agora em São Petersburgo, na Rússia.

Não se trata de mais uma reunião de chefes de Estado supostamente organizada para discutir os rumos da economia mundial. A reunião de São Petersburgo tem, como um de seus panos de fundo, a revelação de que a Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) espionou telefonemas e mensagens de quase todos os chefes de Estado presentes à reunião, incluindo a presidente brasileira Dilma Rousseff.

O outro pano de fundo é a iminência de bombardeios aéreos a alvos militares na Síria, sem o beneplácito do Conselho de Segurança da ONU. Em outras ocasiões esse beneplácito foi obtido, o que conferiu ares de legitimidade a intervenções unilaterais de grandes potências em assuntos internos de Estados soberanos.

Por outro lado, mudou também o ambiente entre os participantes do encontro. Na reunião de Los Cabos, ocorrida em junho do ano passado, o ambiente entre os países desenvolvidos era de incerteza e pessimismo, o oposto acontecendo entre os representantes de um grande número de países emergentes.

Agora, fala-se da recuperação da economia americana e da perspectiva do início da recuperação da economia europeia. O Japão voltou a crescer e a economia chinesa não desacelerou seu crescimento na proporção que muitos anteviam.

Além disso, a possibilidade de um anúncio por parte do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) de que serão atenuadas as compras de ativos, em reunião programada para o próximo dia 18 de setembro, pôs em polvorosa muitos dos líderes de países emergentes que estão hoje presentes em São Petersburgo.

As taxas de câmbio de alguns desses países se desvalorizaram de forma acentuada, à medida que se aproxima a data da mudança de direção da política monetária dos EUA. Em 2008, a forte expansão monetária americana contribuiu para valorizar de maneira significativa muitas das moedas dos emergentes.

A linha de causação passava pela redução quase a zero das taxas de juros nos Estados Unidos e outros países desenvolvidos e inundação de liquidez que veio junto com a queda nos juros. Com isso, imensos fluxos de recursos migraram para os mercados emergentes em busca de maior retorno para as aplicações financeiras. A entrada de divisas valorizou o câmbio.

Agora ocorre o inverso. A expectativa é de elevação das taxas básicas de juros nos países desenvolvidos e de retorno de parte dos recursos que haviam tomado a direção dos mercados emergentes. Com a saída dos recursos e maior escassez de dólares, o câmbio foi desvalorizado.

Se esse argumento é correto em suas grandes linhas, não justifica tomá-lo ao pé da letra para explicar a desvalorização do câmbio que ocorre no país. Entre 28 de agosto do ano passado e 28 de agosto de 2013, o valor da moeda nacional passou de R\$ 2,04 para R\$ 2,35 (desvalorização de 13%). O peso argentino teve perda ainda maior do que o real (18%). E a moeda venezuelana perdeu 32% de seu valor.

Contrariamente, na América Latina as moedas do Chile e da Colômbia desvalorizaram-se somente 6% no período, e o peso mexicano perdeu apenas 0,7%. Do outro lado do mundo, as moedas de Taiwan, Hong Kong e Tailândia não se moveram nos últimos doze meses e o dólar de Cingapura perdeu apenas 2% de seu valor frente ao dólar dos EUA. Mas mesmo nessa parte do mundo, a rúpia indiana desvalorizou-se 18%.

Portanto, não há como ignorar que algumas moedas dos países emergentes se desvalorizaram mais do que outras dentro do mesmo grupo de países. A rúpia indiana desvalorizou-se de forma acentuada porque as expectativas com relação à inflação do país – e à política econômica como um todo – não são das melhores.

Se Venezuela, Argentina e Brasil tiveram desvalorização maior que outras moedas na nossa região, alguma razão há que haver. No caso da Venezuela, até julho a inflação acumulada no ano já havia ultrapassado 39%. Não existem informações fidedignas sobre a inflação argentina, dado o manuseio sistemático dos índices de preços apurados. Fontes independentes situam a inflação já ocorrida esse ano em 30%.

Anossa inflação, medida pelo IPCA, é mais modesta, acumulando uma alta de preços, até julho, de 6,5%. Ocorre, no entanto, que diversos preços com peso expressivo no índice estão represados, como o de combustíveis e o de transportes urbanos. Nos três países citados a política econômica como um todo vem se mostrando inconsistente e às vezes errática.

O resumo da ópera é simples: uma parcela grande de nossa desvalorização cambial tem raízes aqui mesmo. Acusar o mundo de utilizar a política monetária como instrumento protecionista pode valer até um discurso interessante, porém não revalorizará o real.

Fonte: Diário do Comércio, São Paulo, 10 set. 2013, Opinião, p. 2.